



20º Congresso Cearense de Enfermagem
29º Convenção Interiorana de Enfermagem
14ª Semana de Enfermagem da Universidade do Vale do
Acará (UVA)
1º Seminário Gestão e Liderança em Enfermagem
Hospitalar

EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Louhan andrade dos santos¹
Eliany Nazaré Oliveira²
Flávia Regino Oliveira³
Maria Emilly Ferreira Cavalcante⁴
Luana da Silva Cunha⁵

1. Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará. Brasil. Apresentador(a).

2. Docente no Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral, Ceará. Brasil.

3. Enfermeira. Mestranda em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará em associação com a Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil.

4. Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará. Brasil.

5. Graduanda em enfermagem pela Universidade
Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral, Ceará.
Brasil.

INTRODUÇÃO : A formação social brasileira está profundamente marcada por processos históricos de colonização, exploração e desigualdade, iniciados com a chegada dos portugueses ao território que viria a se tornar o Brasil. Desde esse período, instaurou-se uma estrutura social hierarquizada, baseada na dominação de povos indígenas e, posteriormente, na escravização da população negra, o que contribuiu para a consolidação de práticas discriminatórias e racistas que perduram até a contemporaneidade. Nesse cenário, o racismo não se manifesta apenas de forma individual, mas como um fenômeno estrutural, enraizado nas instituições e nas relações sociais, produzindo desigualdades sistemáticas entre grupos raciais¹. Para compreender melhor essa problemática, é fundamental diferenciar conceitos frequentemente associados ao tema. O racismo pode ser entendido como um sistema que organiza desigualdades com base na raça, promovendo privilégios para determinados grupos e desvantagens para outros. Já o preconceito racial refere-se a julgamentos e estereótipos construídos socialmente, que podem ou não resultar em práticas discriminatórias. Por sua vez, a discriminação racial se concretiza em ações e comportamentos que tratam indivíduos de forma desigual e injusta em função de sua identidade racial. Essas manifestações, embora distintas, estão interligadas e contribuem para a manutenção das desigualdades raciais no Brasil. Nesse contexto, a educação, especialmente o ensino superior, historicamente refletiu e reproduziu essas desigualdades. Durante longos períodos, o acesso às universidades foi restrito às elites, excluindo principalmente pessoas negras, indígenas e de baixa renda. Ainda que políticas públicas, como a Lei de Cotas, tenham ampliado o acesso de grupos historicamente marginalizados às instituições de ensino superior, a permanência e a vivência desses estudantes nesses espaços ainda são atravessadas por desafios significativos, incluindo episódios de discriminação racial. Além disso, o ingresso na

universidade representa uma fase de intensas transformações na vida dos estudantes, marcada por novas responsabilidades, pressões acadêmicas e adaptações sociais. Tais demandas podem impactar diretamente a saúde mental, exigindo recursos emocionais e suporte social adequados. No caso de estudantes negros, esses desafios tendem a ser ainda mais complexos, uma vez que se somam às experiências de racismo e exclusão, potencializando sentimentos de ansiedade, estresse e sofrimento psicológico. Dessa forma, torna-se essencial compreender como as experiências de discriminação racial no ambiente universitário influenciam a saúde mental dos estudantes, considerando as especificidades do contexto brasileiro. A análise dessa problemática permite não apenas ampliar o conhecimento sobre as desigualdades raciais no ensino superior, mas também contribuir para a construção de estratégias que promovam ambientes acadêmicos mais inclusivos, equitativos e comprometidos com o bem-estar de todos os estudantes². **OBJETIVO:** Analisar o perfil sociodemográfico de universitários e o impacto das experiências de discriminação racial na saúde mental. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, descritiva e transversal, realizado com estudantes universitários de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Ceará, Brasil: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Faculdade Luciano Feijão (FLF), Faculdade 5 de Julho (F5) e Faculdade Ieducare (FIED). A amostra foi composta por 829 participantes, selecionados por conveniência, desde que atendessem aos critérios de inclusão: idade igual ou superior a 18 anos e matrícula ativa em uma das instituições participantes. A coleta de dados ocorreu no período de setembro de 2023 a janeiro de 2024, de forma híbrida (online e presencial). Na modalidade virtual, utilizou-se um formulário estruturado elaborado no Google Forms, divulgado por meio de redes sociais e canais institucionais, como grupos de WhatsApp, Instagram e e-mails acadêmicos. Já na etapa presencial, os pesquisadores aplicaram o instrumento em salas de aula e espaços de convivência universitária, com o objetivo de ampliar a adesão dos estudantes. O instrumento de coleta foi composto por três seções principais: (1) Questionário sociodemográfico, contendo variáveis como gênero, idade, raça/cor, estado civil, renda familiar e religião; (2) Escala de Experiências de Discriminação Racial, validada no Brasil³, que avalia a ocorrência de situações discriminatórias em diferentes contextos

(educacional, profissional, social e institucional), além da frequência dessas experiências; (3) Inventário de Saúde Mental (ISM), instrumento psicométrico que mensura dimensões do bem-estar psicológico⁴, incluindo sintomas de ansiedade, depressão, controle emocional e satisfação com a vida. A escala de discriminação racial investiga tanto experiências diretas quanto percepções globais de discriminação, além da ocorrência de queixas formais. Já o ISM é composto por 38 itens distribuídos em duas dimensões principais: distress psicológico (indicadores negativos) e bem-estar psicológico (indicadores positivos), apresentando bons índices de confiabilidade (α de Cronbach $\geq 0,85$). Os dados foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva e inferencial. Para análise das associações entre variáveis categóricas, foram utilizados os testes Qui-quadrado de Pearson e Exato de Fisher. Para comparação de médias entre grupos, aplicaram-se os testes t de Student e ANOVA, conforme os pressupostos de normalidade. Além disso, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson⁵ para avaliar a relação entre variáveis quantitativas, especialmente entre os escores de saúde mental e as experiências de discriminação racial. O nível de significância adotado foi de 5% ($p \leq 0,05$). No que se refere aos aspectos éticos, o estudo seguiu as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o consentimento livre e esclarecido dos participantes, anonimato, confidencialidade das informações e liberdade de desistência a qualquer momento. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme parecer consubstanciado com número 6.279.258.

RESULTADOS: A análise inferencial realizada por meio do teste do Qui-quadrado de Pearson evidenciou associações estatisticamente significativas entre as experiências de discriminação racial e variáveis sociodemográficas, especialmente raça e instituição de ensino. Observou-se que 31,2% dos estudantes relataram já ter vivenciado discriminação racial, sendo essa experiência distribuída de forma desigual entre os grupos raciais. Houve associação significativa entre raça e vivência de discriminação ($p < 0,001$), indicando maior prevalência entre estudantes autodeclarados pretos, seguidos pelos pardos, enquanto os estudantes brancos apresentaram maior proporção de ausência de experiências discriminatórias. No que se refere aos contextos de ocorrência, verificaram-se associações estatisticamente significativas entre raça e diferentes ambientes, destacando-se o ambiente escolar, a

rua ou espaços públicos e estabelecimentos comerciais, como lojas e restaurantes ($p = 0,000$ em todos os casos). Esses resultados indicam que a discriminação racial se manifesta de maneira recorrente em espaços cotidianos e institucionais, afetando de forma mais intensa estudantes negros. Além disso, identificou-se associação significativa entre a ocorrência de discriminação e a instituição de ensino ($p = 0,013$), com maior prevalência entre estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e menor incidência em outras instituições participantes. O ambiente acadêmico também se destacou como um dos principais cenários de discriminação, com diferença significativa entre as instituições analisadas ($p = 0,047$). Em relação às situações específicas, observou-se associação significativa em contextos como atendimento em estabelecimentos comerciais, circulação em espaços públicos, interações com a polícia ou sistema judicial e solicitação de crédito bancário ($p < 0,001$ e $p = 0,009$), evidenciando a presença de desigualdades raciais estruturais em múltiplas esferas sociais. Por outro lado, a análise entre faixa etária e registro de queixas formais não apresentou associação estatisticamente significativa ($p = 0,485$), sendo observado que a maioria dos estudantes, independentemente da idade, não formaliza denúncias de discriminação. Esse achado sugere a existência de subnotificação e possível naturalização dessas experiências. De modo geral, os resultados obtidos por meio do teste do Qui-quadrado indicam que as experiências de discriminação racial estão significativamente associadas à raça e ao contexto institucional, ocorrendo de forma mais frequente entre estudantes negros e em ambientes cotidianos, especialmente no espaço educacional e em locais públicos.

CONCLUSÃO : Os achados deste estudo evidenciam que a discriminação racial permanece como um fenômeno estruturante no contexto universitário e social, manifestando-se de forma significativa nas vivências dos estudantes, especialmente entre aqueles autodeclarados pretos e pardos. A análise por meio do teste do Qui-quadrado demonstrou associações estatisticamente relevantes entre a ocorrência de discriminação e variáveis como raça e instituição de ensino, indicando que tais experiências não são aleatórias, mas refletem desigualdades históricas e estruturais. A maior prevalência entre estudantes negros reforça a persistência do racismo estrutural, que atravessa diferentes espaços sociais, incluindo o ambiente acadêmico, que, em tese, deveria se configurar como um espaço de equidade e inclusão. A

recorrência de episódios de discriminação em ambientes cotidianos, como instituições de ensino, espaços públicos e estabelecimentos comerciais, evidencia a naturalização dessas práticas e sua reprodução nas interações sociais. Ademais, a baixa incidência de denúncias formais, independentemente da faixa etária, sugere a existência de barreiras institucionais, medo de retaliação ou descrença na efetividade dos mecanismos de denúncia, contribuindo para a subnotificação e perpetuação do problema. Outro aspecto relevante refere-se às diferenças observadas entre as instituições de ensino, o que pode estar relacionado a fatores como políticas institucionais, diversidade do corpo discente e práticas de acolhimento e enfrentamento ao racismo. Esses resultados apontam para a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre o papel das universidades na promoção de ambientes mais inclusivos e no combate às desigualdades raciais. Diante disso, conclui-se que as experiências de discriminação racial impactam significativamente a vivência acadêmica dos estudantes, estando associadas a múltiplos contextos e variáveis sociodemográficas. Os resultados reforçam a urgência da implementação e fortalecimento de políticas públicas e institucionais voltadas à equidade racial, bem como de estratégias de acolhimento psicológico e incentivo à denúncia. Assim, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas da discriminação racial no ensino superior e subsidia ações voltadas à construção de ambientes acadêmicos mais justos, inclusivos e comprometidos com a promoção da saúde mental e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS:

1. Almeida S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen; 2019.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
3. Fattore GL, Santos DN, Barreto ML. Validação da escala de discriminação racial no Brasil. *Rev Saúde Pública*. 2016;50:1-10.
4. Ribeiro JLP. Inventário de Saúde Mental: adaptação portuguesa. *Psicol Saúde Doenças*. 2011;12(2):195-205.

5. Maroco J. Análise estatística com utilização do SPSS. 3ª ed. Lisboa: Edições Sílabo; 2011.

DESCRITORES: Racismo ; Saúde mental ; Estudantes.

EIXO TEMÁTICO: EIXO 3: Prática social, cuidado e impactos na saúde da população.